

PERCEPÇÃO DE DOCENTES ACERCA DO “ESCOLA SEM PARTIDO” COM RECORTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DE RELIGIÃO

Luiz de Sousa Junior

PPGE/UFPB, e-mail: luizsjunior@gmail.com

Francisco Alex Pereira Soares

PPGE/UFPB, e-mail: alexsoares0707@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de pesquisa em desenvolvimento em nível de mestrado e buscou captar a percepção de docentes da rede municipal de João Pessoa acerca da proposta Escola Sem Partido (ESP). Nessa abordagem, trazemos o exame de 150 questionários aplicados em 10 escolas da rede municipal.

Para fundamentação deste estudo fomos às raízes dos movimentos nazifascistas do século XX até a reconfiguração da Nova Direita, a partir dos estudos de Arendt (2017), Hobsbawm (2016) e Apple (2003). Para a compreensão de conceitos como de Estado, Democracia e Poder apoiamo-nos em Bobbio (2017) e Gramsci (1991). Também utilizamos vasto material documental com vistas a analisar a proliferação do Projeto de Lei Escola Sem Partido e o acompanhamento das proposições nas esferas federal e estaduais. Por fim, para apreender a percepção dos professores sobre a existência de doutrinação nas escolas, utilizamos questionários, a partir da escala de Likert, os quais foram tabulados na plataforma Excel, para análise descritiva e qualitativa.

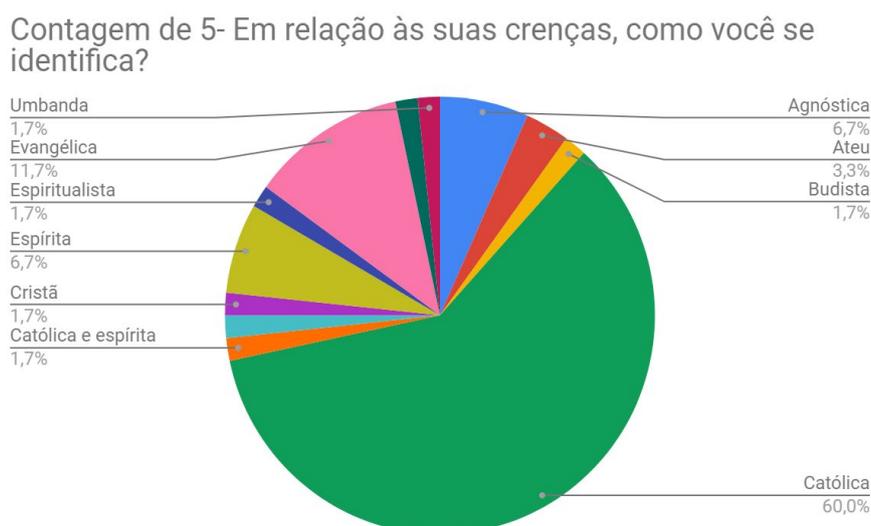
DESENVOLVIMENTO

Em relação ao vínculo religioso, a população que compõe a nossa amostra, de docentes da rede municipal de João Pessoa, mantém considerável similaridade em relação ao

conjunto da população brasileira, com forte hegemonia dos seguidores da Igreja Católica, próximo a 60%, seguido dos evangélicos, com cerca de 22%. Já em se tratando do vínculo empregatício, os estatutários representam em torno de 55% da mostra, enquanto os docentes com vínculo precários totalizam 45%.

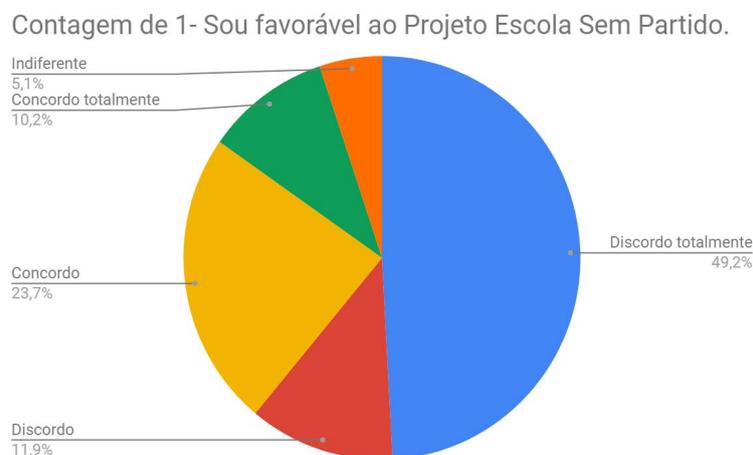
Assim, considerando a formulação de Michael Apple (2003) quanto à nova Direita, em particular quanto ao agrupamento dos neoconservadores e aos populistas-autoritários, julgamos importante trazer um recorte religioso dos docentes que participaram da amostra e suas visões do projeto Escola Sem Partido.

Inicialmente, buscamos aprender a identificação religiosa dos participantes da amostra, subdividindo-os, em relação ao vínculo empregatício, nas categorias de Efetivos e Precários (prestadores de serviço, comissionados, contratação temporária). O gráfico abaixo descortina essa identificação, considerando, inicialmente, os docentes do quadro efetivo das escolas municipais de João Pessoa:



Verifica-se que, entre os professores efetivos (estatutários), há uma diversidade de religiões em consonância com o conjunto da sociedade brasileira. Desse modo, os entrevistados afirmam se identificar com as religiões de origem africana, como a Umbanda, religiões ligadas ao catolicismo (Cristã, Católica, Evangélica), além de outras como Espiritualista, Espírita, Budista. Assumiram-se ainda docentes como Ateus e Agnósticos. Os católicos representam o maior agrupamento, sendo este segmento composto por 60% dos professores efetivos. Na sequência, aparecem os evangélicos, com 11,7%. Estranhamente, esse contingente de evangélicos é bem inferior à média da população brasileira, que no último

Censo do IBGE, em 2010, assinalou 22%. A partir dessa constatação, buscamos avaliar qual a posição desses docentes efetivos em relação ao Escola Sem Partido. O gráfico abaixo resume tal questionamento.



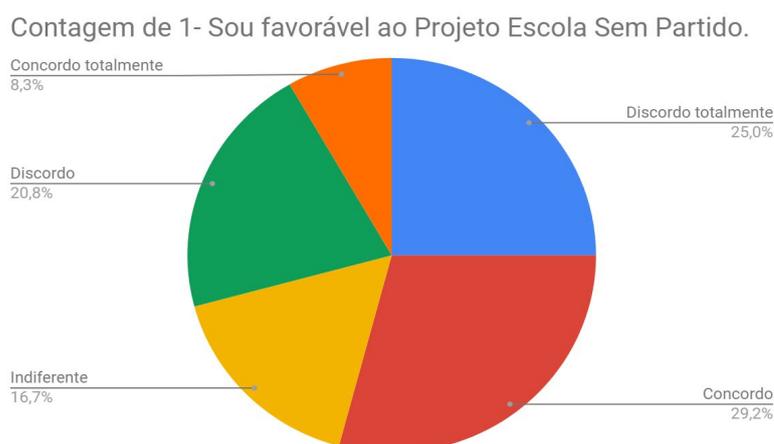
Segundo os dados acima expostos, os membros do magistério do quadro efetivo tendem a discordar mais fortemente Projeto Escola Sem Partido. Do total, 61,1% afirmam discordar ou discordar totalmente da proposta. Um pequeno contingente, de 5,1%, afirma que é indiferente. Já um contingente importante numericamente, de 33,9%, afirma concordar ou concorda totalmente com o projeto de lei. Este percentual de concordância aproxima-se da média nacional. Passemos à análise dos professores/as que possuem vínculo precarizado no município de João Pessoa. Vejamos como se identificam, do ponto de vista religioso, os docentes com contrato precário.



Vê-se que diminui, de forma expressiva, a diversidade religiosa no que diz respeito aos docentes contratados de forma precária. Outro dado que nos chama a atenção é que a presença de evangélicos triplica, chegando a praticamente 35% do total de professores com contrato precário.

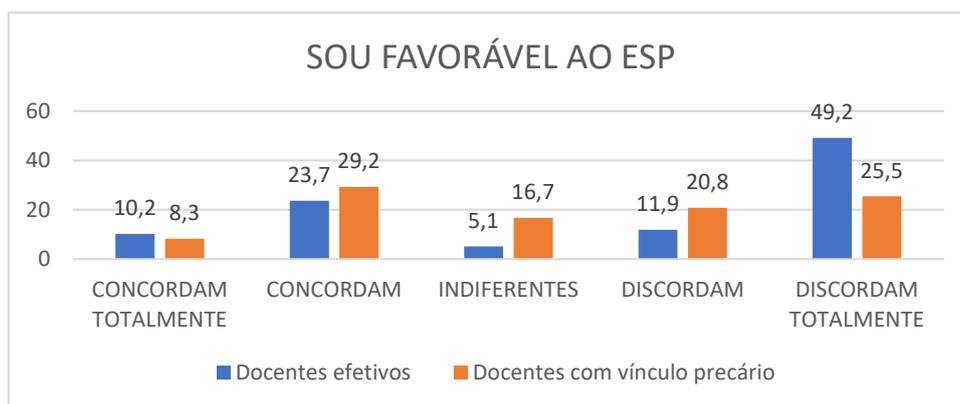
Esses são dados extremamente importantes de nossa pesquisa e sugerem que nesse modelo de acesso ao serviço público pode estar ocorrendo dois fatos, combinados ou não: 1) no processo de contratação, que em geral é por indicação de agentes políticos, privilegiar-se, ainda que não de forma direta, os grupos religiosos majoritários, especialmente os evangélicos; 2) aqueles que exercem outras crenças preferem esconder sua opção. Essas alternativas não são excludentes e nem impedem que haja outras explicações.

Em que medida essa mudança na composição religiosa do magistério precarizado em relação aos estatutários altera a visão sobre o ESP? Para avaliar essa situação fizemos um recorte quanto à percepção do projeto Escola Sem Partido de parcela da amostra que se declarou com vínculo precário, conforme o gráfico abaixo.



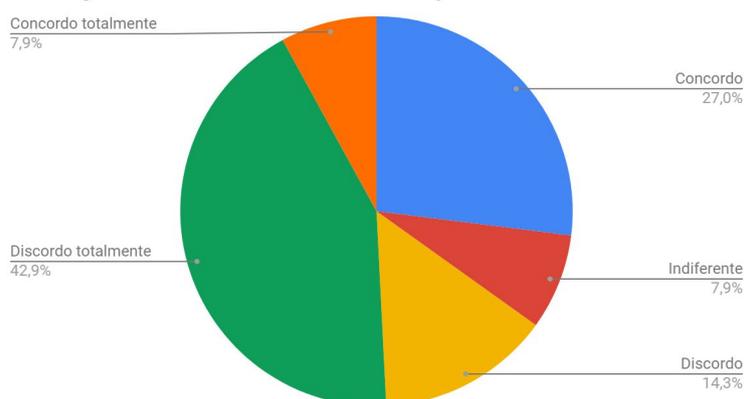
Nessas circunstâncias, a posição do magistério quanto ao projeto Escola Sem Partido muda radicalmente. Entre os docentes com vínculo precário, 37,5% afirmam concordar ou concordar totalmente com o Projeto Escola Sem Partido. 16,7% afirmam ser indiferente e 45,8% afirmam discordar ou discordar totalmente do Projeto Escola Sem Partido.

Portanto, o apoio ao ESP entre docentes precarizados em relação aos efetivos praticamente se mantém estável; contudo, diminui fortemente os que discordam totalmente, bem como cresce o percentual dos que se dizem indiferentes, indicando uma maior rejeição dos efetivos.



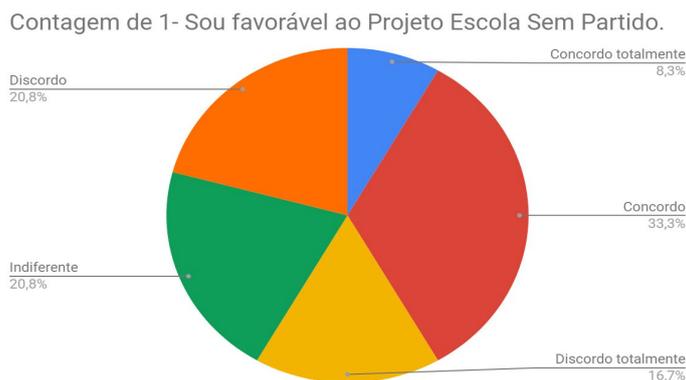
Para finalizar, passemos a avaliar exclusivamente o conjunto do magistério que respondeu aos questionários e que seguem as principais religiões, isto é, católica e evangélica. Começemos pelo maior contingente populacional, os católicos. O gráfico abaixo traz os dados coletados junto aos questionários com respeito a esse contingente religioso.

Contagem de 1- Sou favorável ao Projeto Escola Sem Partido.



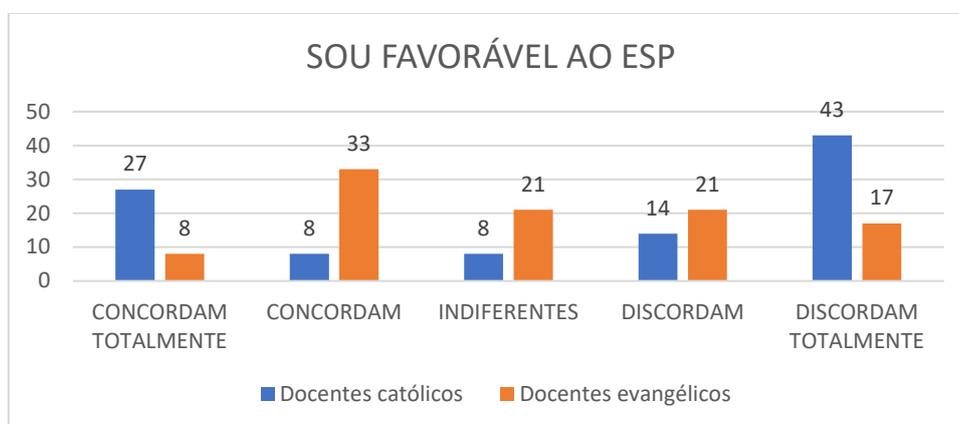
Segundo os dados acima, os docentes católicos têm uma tendência majoritária de discordar do Projeto Escola Sem Partido. Desse modo, 57,2% dos católicos afirmaram que discordam ou discordam totalmente do Projeto do Escola Sem Partido. Apenas 7,9% dos católicos afirmaram ser indiferentes quanto ao projeto de lei. Os que afirmaram concordar ou concordar totalmente representam 34,9%, número expressivo, mas bem inferior aos dos que se declaram contrários ao projeto.

Por fim, passemos ao agrupamento do grupo dos evangélicos, conforme gráfico abaixo:



Os docentes evangélicos tendem a concordar mais com o projeto Escola Sem Partido do que os católicos. Somados os que afirmaram concordar totalmente e concordar somam 41,6%. Os que afirmaram ser indiferentes representam 20,8% dos evangélicos que responderam ao questionário. Os que discordaram, em alguma medida, representam 37,5% dos que se auto declararam evangélicos no questionário.

O gráfico a seguir mostra o posicionamento de docentes católicos e evangélicos com respeito ao ESP. Nele se percebe que os católicos tendem a discordar mais fortemente do ESP que os evangélicos.



CONCLUSÃO

Portanto, percebe-se que a questão religiosa tende a interferir fortemente na percepção dos docentes acerca do projeto ESP. Esse é um “achado interessante” de nosso estudo que merece ser aprofundado em novas pesquisas. O fato de os evangélicos terem uma percepção menos negativa do projeto diz muito da nova estrutura religiosa do Brasil, a partir do crescimento das igrejas evangélicas, notadamente daquelas que se assumem neopentecostais, extremamente conservadoras.

A participação dos evangélicos, no caso concreto de João Pessoa, na função docente ocorre, principalmente, por meio de contratos precarizados, em geral resultantes de indicações de agentes políticos. Esse dado, também novo, nos leva a questionar e pensar sobre propostas em pauta, como a de educação domiciliar, que pode se tornar um novo nicho de atuação dos docentes evangélicos, os quais não conseguem ter acesso à docência na escola pública em função do concurso público a que tem que se submeter. Como vimos, no modelo republicano de concurso de provas e títulos, a diversidade religiosa se faz mais presente.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Fragmentos de um Dicionário Político.** 20. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOBBSAWM. Eric. J. **Era dos Extremos: O Breve Século xx:1914-1991.** ed. são Paulo: Companhia das Letras, 2016.